

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Individuais acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, referentes às atividades da MAPFRE Participações S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto as práticas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Resultado do Exercício
Em 2019, a MAPFRE Participações S.A. apresentou um prejuízo de R\$ 6,3 milhões, obtidos substancialmente de equivalência patrimonial de suas controladas:

- Receita de R\$ 92 milhões pelas carteiras de auto e seguros gerais;
- Receita de R\$ 63 milhões pelas carteiras de vida;
- Receita de R\$ 646 mil no segmento de capitalização;

- No segmento de previdência, resultou numa despesa de R\$ 8 milhões;
- Adicionalmente, foi realizada a baixa do ágio relacionado às operações de veículos, gerando uma despesa de R\$ 155 milhões.

Eventos Societários

Em 31 de outubro de 2019, foi aprovado o aumento de capital da MAPFRE Participações S.A. no valor de R\$ 136,2 milhões por meio da conferência das ações representativas do capital social da MAPFRE Capitalização S.A. e MAPFRE Previdência S.A.. Essa reorganização teve por objetivo a unificação das atividades relacionadas às seguros na MAPFRE Participações S.A..

Nessa mesma data, foi aprovada a incorporação e, por consequência a extinção da Brasileira Companhia de Seguros pela MAPFRE Seguros Gerais S.A., ambas controladas diretas dessa Companhia.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da MAPFRE Participações S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros - estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite do valor do capital social integralizado. A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas existentes.

Para 2019, não serão distribuídos dividendos em decorrência do prejuízo do exercício.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 24 de abril de 2020.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019		2018		Passivo	Nota	2019		2018	
Circulante		113.235	90.943	199	223	Circulante		199	223		
Equivalente de caixa	5	20	32	199	223	Contas a pagar		114	101		
Aplicações	6	90.688	88.320	9	114	Obrigações a pagar	9	114	101		
Títulos e créditos a receber		22.518	2.403			Impostos e encargos sociais a recolher		20	4		
Títulos e créditos a receber	7	20.010	—			Impostos e contribuições	10	65	118		
Créditos tributários e previdenciários	13b	2.508	2.403			Patrimônio líquido	11	3.310.346	3.170.772		
Despesas antecipadas		9	188			Capital social		2.390.043	2.253.800		
Ativo não circulante		3.197.310	3.080.052			Reservas de capital		261.343	261.343		
Realizável a longo prazo		—	1			Reservas de lucros		620.636	640.926		
Títulos e créditos a receber		—	1			Ajustes com títulos e valores mobiliários		38.324	14.703		
Depósitos judiciais		—	1								
Investimentos	8a	3.197.310	3.080.051			Total do passivo e patrimônio líquido		3.310.545	3.170.995		
Participações em empresas controladas		3.197.310	3.080.051								
Total do ativo		3.310.545	3.170.995								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

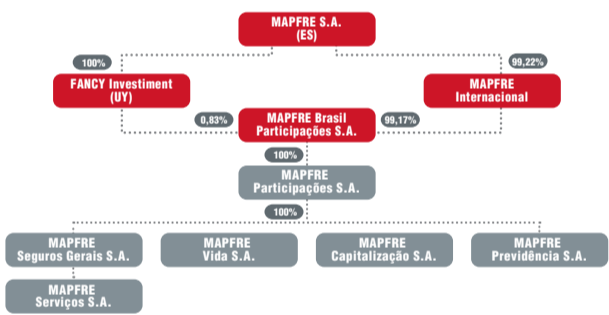
	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de investimentos			
Saldo em 1º de janeiro de 2018	1.968.380	261.343	85.307	963.169	1.586	—	3.279.785
Títulos e valores mobiliários (controladas)	—	—	—	—	13.117	—	13.117
Dividendos pagos em 20 de fevereiro de 2018	—	—	—	(25.200)	—	—	(25.200)
Dividendos pagos em 12 de março de 2018	—	—	—	(16.165)	—	—	(16.165)
Dividendos pagos em 20 de agosto de 2018	—	—	—	(25.940)	—	—	(25.940)
Dividendos pagos em 10 de setembro de 2018	—	—	—	(9.600)	—	—	(9.600)
Dividendos pagos em 12 de novembro de 2018	—	—	—	(12.410)	—	—	(12.410)
Dividendos pagos em 26 de novembro de 2018	—	—	—	(26.750)	—	—	(26.750)
Aumento de capital (nota nº 8a)	285.420	—	—	—	—	—	285.420
Variação patrimonial (reorganização Aliança do Brasil Seguros S.A. e MAPFRE Vida S.A.)	—	—	—	—	(4.887)	(4.887)	(4.887)
Prejuízo do exercício	—	—	—	—	(286.598)	(286.598)	(286.598)
Reserva de lucros (absorção de prejuízo do exercício)	—	—	—	(291.485)	291.485	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.253.800	261.343	85.307	555.619	14.703	—	3.170.772
Títulos e valores mobiliários (controladas)	—	—	—	—	23.621	—	23.621
Aumento de capital (nota nº 8a)	136.243	—	—	—	—	—	136.243
Ajustes - Adoção inicial	—	—	—	(13.891)	—	—	(13.891)
Prejuízo do exercício	—	—	—	—	(6.399)	(6.399)	(6.399)
Reserva de lucros (absorção de prejuízo do exercício)	—	—	—	(6.399)	—	6.399	—
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.390.043	261.343	85.307	535.329	38.324	—	3.310.346

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Participações S.A. é uma sociedade anônima que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias que desenvolvam atividades relacionadas a operações nos ramos de *i.* seguros de ramos elementares, incluindo seguros de automóveis, residenciais, industriais; e *ii.* seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral; *iii.* previdência e capitalização. A MAPFRE Participações S.A. está sediada na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ nº 12.264.857/0001-06. Em 30 de novembro de 2018 a BB Seguros e o Banco do Brasil celebraram junto ao GRUPO MAPFRE, a assinatura do segundo aditivo ao Acordo de Parceria do Grupo Segurador Banco do Brasil e MAPFRE. Em continuidade, houve a reestruturação do GRUPO MAPFRE com aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2019, onde a MAPFRE Capitalização S.A. e a MAPFRE Previdência S.A. passam a integrar o capital da MAPFRE Participações S.A., desta forma alterando o controle acionário direto destas Cias da MAPFRE Brasil Participações S.A. para a MAPFRE Participações S.A.. Esta reestruturação teve como objetivo unificar o controle acionário na MAPFRE Participações S.A. das operações de Seguros, Capitalização e Previdência. Em 31 de dezembro de 2019, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A MAPFRE Participações S.A. está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando os seguintes fatores: *i.* Não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; *ii.* A MAPFRE Participações S.A. não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; *iii.* A MAPFRE Participações S.A. não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais na Comissão de Valores Mobiliários - CVM ou outro órgão regulador; e *iv.* A controladora intermediária da MAPFRE Participações S.A., que é a MAPFRE Brasil Participações S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho da Administração em 24 de abril de 2020; **b) Continuidade:** A Administração considera que a MAPFRE Participações S.A. possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio de continuidade; **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A moeda funcional da Companhia é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Nota 5 - Aplicações; **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras individuais, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes a respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os principais itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para controle a judiciais para não circulante. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se: **CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária até a data efetiva do CPC 50 - Contratos de Seguros, pois participa como acionista em sociedades seguradoras, que possuem atividade predominantemente relacionadas com seguros. **CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17):** A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O objetivo é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. As Companhias Controladas estão iniciando o trabalho de avaliação e espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras que até o momento não podem ser dimensionados. O CPC 50 passará a vigorar em 1º de janeiro de 2023.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Aplicações e instrumentos financeiros:** A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i.* Caixa e equivalente de caixa: Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias com risco insignificante de mudança de seu valor justo. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. *ii.* Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. *iii.* Ativos financeiros disponíveis para venda: Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o

reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *iv.* Ativos financeiros mantidos até o vencimento: São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *v.* Determinação do valor justo: Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6. **b) Redução do valor recuperável:** *i.* Ativos financeiros: Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *ii.* Ativos não financeiros: Os valores dos ativos não financeiros são revistos, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **c) Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a MAPFRE Participações S.A. determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre seu investimento e suas controladas. A MAPFRE Participações S.A. determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a MAPFRE Participações S.A. calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. **• Direito de uso - Adoção CPC 06 (R2) (IFRS 16):** A IFRS 16 consiste em reconhecer pelo valor presente dos pagamentos futuros, os contratos de arrendamentos com prazo superior a 12 meses e com valores substanciais dentro do balanço patrimonial dos arrendatários. A norma determina que esse reconhecimento será através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de despesa de depreciação dos ativos de arrendamento e despesa financeira oriundas dos juros sobre o passivo. Anteriormente as despesas desses contratos eram reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorriam. Os ativos de direito de uso (substancialmente aluguéis de imóveis e veículos) foram mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também serão adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos. O passivo de arrendamento, por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos será calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento. Os contratos de arrendamento estão alocados nas Companhias Controladas, e a adoção ao CPC 06 (R2) (IFRS 16) em 1º de janeiro de 2019, gerou os reconhecimentos contábeis conforme nota nº 8a. **d) Passivos financeiros:** Compreendem substancialmente fornecedores, contas a pagar e as contas que compõem o passivo que são reconhecidos inicialmente ao valor justo. **e) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a MAPFRE Participações S.A. tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **f) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados por meio do resultado a valor justo que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização das variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, que estão reconhecidos no resultado. **g) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A MAPFRE Participações S.A. atua como uma *holding* e desta forma, através de suas investidas apresenta exposição aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros, risco de subscrição, risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional. **Risco de subscrição:** as investidas definem risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem riscos significativos são aqueles onde as investidas possuem a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento as investidas entendem que o principal risco transferido é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que as investidas incorreriam para fazer face aos eventos de sinistros. As investidas utilizam estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Risco de crédito:** representa o risco de prejuízo financeiro da MAPFRE Participações S.A. e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis representados, principalmente por caixa e equivalente de caixa, contas a receber e outros créditos. A exposição máxima que a MAPFRE Participações S.A. e suas controladas estão sujeitas para esse risco está representada pelos respectivos saldos consignados nas demonstrações financeiras individuais. **Risco de mercado:** é a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento dos preços de mercado, tais como

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2019		2018	
Resultado de equivalência em investimentos em coligadas e controladas	8a	(8.704)	(274.191)		
Receitas/despesas operacionais		3.416	(281)		
(-) Despesas administrativas	12a	(1.230)	(3.076)		
(-) Despesas com tributos	12b	(320)	(3.461)		
(+/-) Resultado financeiro	12c	4.966	6.256		
(-) Resultado operacional		(5.288)	(274.472)		
(=) Resultado antes dos impostos		(5.288)	(274.472)		
(-) Imposto de renda	13a	(798)	(8.911)		
(-) Contribuição social	13a	(313)	(3.215)		
(=) Prejuízo do exercício		(6.399)	(286.598)		
Atribuível aos acionistas:					
MAPFRE Brasil Participações S.A. - 100%		(6.399)	(286.598)		
(/) Quantidade de ações		1.716.518.941	1.648.397.216		
(=) Prejuízo por ação		—	—		
— Ações ordinárias		907.248.696	839.126.971		
— Ações preferências classe "A"		369.162.684	369.162.684		
— Ações preferências classe "B"		440.107.561	440.107.561		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	2019		2018	
Prejuízo do exercício	(6.399)	(286.598)		
Outros resultados abrangentes	23.621	13.117		
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda das controladas	38.152	23.850		
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes das controladas	(14.531)	(10.733)		
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	17.222	(273.481)		
Resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas:				
MAPFRE Brasil Participações S.A. - 100,00%	17.222	(273.481)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA -

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo e por nível hierárquico

Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

Hierarquia	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil						Ganho/Perda realizado		
				(A)	(B)	(C)	(D = A + B + C)	(E)	(F)	(F - E)	(G)	(H)
Ativos												
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	23.693	67.000	(5)	90.688	90.669	90.688	19	90.688	100%	88.320	100%	
Fundos de investimentos	23.693	67.000	(5)	90.688	90.669	90.688	19	90.688	100%	88.320	100%	
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	-	67.000	-	67.000	66.981	67.000	19	67.000	74%	63.222	72%
Operações compromissadas (*)	2	23.693	-	-	23.693	23.693	23.693	-	23.693	26%	25.120	28%
Caixa/Contas a pagar/receber	2	-	-	(5)	(5)	(5)	(5)	-	(5)	0%	(22)	0%
Total	23.693	67.000	(5)	90.688	90.669	90.688	19	90.688	100%	88.320	100%	

(*) Compreende aplicações financeiras com lastro em títulos públicos.

b) Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos;
- Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

Não houve reclassificação entre as categorias de títulos e valores mobiliários no período.

c) Movimentação

Valor justo por meio do resultado	2018		2019	
	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Despesas
	88.320	-	4.966	-
	20.101	-	998	-
	96.706	83.881	(97.435)	6.166

7. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

Dividendos a receber (nota nº 8a)	2018		2019	
	2018	2019	2018	2019
Total	20.010	-	20.010	-

8. PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS CONTROLADAS

a) Movimentações em controladas

Dados das investidas	MAPFRE Seguros Gerais S.A.		Brasilveículos Companhia de Seguros (*)		MAPFRE Vida S.A.		MAPFRE Previdência S.A.		MAPFRE Capitalização S.A.		Aliança do Brasil Seguros	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019
Capital social	2.408.177	-	415.166	116.273	12.000	-	2.951.616	-	-	-	-	-
Quantidade de ações possuídas	1.692.949	-	38.245	384	12.000	-	1.743.578	-	-	-	-	-
Percentual de participação	100%	-	100%	100%	100%	-	-	-	-	-	-	-
Total de ativos	13.033.326	-	1.373.027	3.337.648	156.729	-	17.900.730	-	-	-	-	-
Total de passivos líquido de provisões judiciais	9.615.858	-	856.737	3.224.765	135.326	-	13.832.686	-	-	-	-	-
Total de provisões judiciais	905.414	-	24.741	345	69	-	930.569	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	2.512.054	-	491.549	112.538	21.334	-	3.137.475	-	-	-	-	-
Total de receitas	6.318.846	-	870.764	35.922	34.917	-	7.260.449	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	55.662	-	62.894	(6.161)	1.474	-	113.869	-	-	-	-	-
Saldo em 1º de janeiro de 2018	2.443.638	650.518	-	-	-	232.643	3.326.799	-	-	-	-	-
Reorganização participação societária	-	-	86.013	-	-	-	86.413	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	(79.417)	(57.170)	-	-	-	(31.200)	(167.787)	-	-	-	-
Ajuste com títulos e valores mobiliários	9.447	284	2.767	-	-	-	10	12.508	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(495.982)	27.021	47.496	-	-	-	44.762	(376.703)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.957.103	598.406	524.542	-	-	-	3.080.051	-	-	-	-	-
Incorporação - participação societária	478.701	(478.701)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - aquisição de participação societária	-	-	-	110.470	25.773	-	136.243	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(15.010)	-	(5.000)	-	(20.010)	-	-	-	-	-
Ajuste com títulos e valores mobiliários	18.299	179	5.228	-	(85)	-	23.621	-	-	-	-	-
Ajustes - Adoção inicial	(5.390)	-	155	(8.656)	-	-	(13.891)	-	-	-	-	-
Baixa do ágio	-	(155.726)	-	-	-	-	(155.726)	-	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	55.662	35.842	62.894	(8.022)	646	-	147.022	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.504.375	-	577.809	93.792	21.334	-	3.197.310	-	-	-	-	-

(*) A Brasilveículos Companhia de Seguros foi incorporada na MAPFRE Seguros Gerais S.A. em 31 de outubro de 2019.

b) Ágio: No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram realizadas as reorganizações societária com a cisão dos ativos dos patrimônios líquidos das empresas:

• Aliança REV Participações S.A., a qual era controlada pela MAPFRE Participações Ltda. (incorporada pela BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e VIDA Seguradora S.A. em 31 de outubro de 2012), com versão do patrimônio para a Brasilveículos Companhia de Seguros e para a MAPFRE Participações S.A., relativo à recomposição do ágio originalmente registrado na incorporada. • BB Aliança Participações S.A. e MAPFRE Participações S.A., ambas controladas pela BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com versão dos patrimônios para a Companhia de Seguros Aliança do Brasil e para a Vida Seguradora S.A., respectivamente. Adicionalmente, houve a recomposição dos ágios na BB MAPFRE SH1 Participações S.A., originalmente registrados nas incorporadas. Os referidos ágios são alocados nas unidades de negócios para fins de teste anual de impairment (valor recuperável), a qual se beneficia da combinação de negócios que originou o ágio. **Redução ao valor recuperável do ágio:** A MAPFRE Participações S.A. realiza anualmente o teste de valor recuperável, ou sempre que houver indicativos de perda em qualquer unidade geradora de caixa, sendo o teste realizado de forma consistente nos períodos de fechamento das demonstrações financeiras individuais anuais. Em 31 de dezembro de 2019 foi realizado teste de recuperabilidade para os ágios registrados no total de R\$ 242.140, relativos às investidas, consideradas como unidades geradoras de caixa, e segmentos operacionais que divulgam informações, sendo considerada, entre outros fatores, a relação entre resultado do fluxo de caixa descontado e seu valor contábil. Identificou-se a não recuperabilidade do ágio relativo a Brasilveículos, realizando-se, portanto, a baixa do mesmo, no montante de R\$ 155.726. **Unidade geradora de caixa:** O valor recuperável do ágio relacionado a MAPFRE Vida S.A. foi superior ao saldo contábil do ágio registrado em 31 de dezembro de 2019. A apuração desse valor também é determinada com base nas projeções do fluxo de caixa descontado a partir de estimativas financeiras elaboradas pela Administração, para um período de dez anos, mais perpetuidade. A taxa de desconto, antes dos impostos, é aplicada às projeções de fluxo de caixa. O cálculo do valor em uso para as unidades geradoras de caixa é sensível às seguintes premissas: • Prêmios emitidos, sinistralidade, comissionamento e despesas administrativas; Utilizou-se base histórica e expectativa de crescimento e desempenho de cada unidade geradora de caixa.

• Financeiro: Projeção da rentabilidade com base na taxa SELIC. • Taxa de desconto: O critério utilizado para a taxa de desconto é o CAPM (Capital Asset Pricing Model), ou Modelo de Precificação de Ativos Financeiros, que considera o custo de capital correspondente à taxa de rentabilidade exigida pelos acionistas como compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos. **Sensibilidade às mudanças nas premissas:** As implicações de modificações nas principais premissas para o montante recuperável são discutidas a seguir: • Premissas de taxa de crescimento: O cenário macroeconômico futuro e a alta volatilidade do mercado podem causar um impacto significativo nas premissas de taxas de crescimento. • Margem de contribuição: Uma redução na margem de contribuição, principalmente pelo descolamento da sinistralidade dos produtos projetados, acarretaria em prejuízo para aquela operação. • Taxa de desconto: Um aumento na taxa de desconto antes de impostos acarretaria em um maior comprometimento. Simulamos o efeito do impacto decorrente da modificação das premissas de Taxa de desconto utilizadas na ordem de 1% e 0,25% na perpetuidade e concluímos que o valor recuperável permaneceria superior ao valor contábil.

9. OBRIGAÇÕES A PAGAR

2019	2018
Fornecedores	102
Outras obrigações a pagar	12
Total	114

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

2019	2018
Provisão de IRPJ	798
Antecipação de IRPJ	(748)
Provisão de CSLL	313
Antecipação de CSLL	(313)
Provisão de COFINS	13
Provisão de PIS	2
Total	65

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2.390.043 e está representado por 1.716.518.941 ações nominativas e sem valor nominal das quais 907.248.696 são ações ordinárias, 369.162.684 são ações preferenciais classe "A" e 440.107.561 são ações preferenciais classe "B". Em 31 de outubro de 2019, aprovou-se o aumento de capital da Companhia em R\$ 136.243 mil, mediante a emissão de 68.121.725 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, por meio da conferência das ações representativas do capital social da MAPFRE Capitalização S.A. e da MAPFRE Previdência S.A. b) **Dividendos e remunerações aos acionistas:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. c) **Reserva de capital:** Reserva constituída pelo ágio absorvido da Aliança Participações, acrescido do crédito tributário constituído sobre a referida parcela do ágio amortizado e deduzido da provisão para manutenção do patrimônio líquido. d) **Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. e) **Reserva de investimentos:** Criada na Assembleia Geral Extraordinária de 26 de junho de 2013 com o saldo da Reserva de Lucros e constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no Estatuto Social. f) **Ajustes com títulos e valores mobiliários:** Compreende ajustes correspondentes aos títulos e valores mobiliários classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

12. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

a) Despesas administrativas	2019		2018	
	1.230	3.076	(507)	(1.693)
Honorários com conselheiros	(507)	(1.693)	-	-
Serviços de terceiros	(158)	(159)	-	-
Localização e armazenamento	(352)	(546)	-	-
Despesas com donativos	(61)	(504)	-	-
Outras despesas administrativas	(152)	(174)	-	-
b) Despesas com tributos	(320)	(3.461)	(89)	(293)
INSS	(89)	(293)	-	-
IOF	-	(12)	-	-
COFINS	(199)	(2.588)	-	-
PIS/PASEP	(32)	(568)	-	-
c) Resultado financeiro	4.966	6.256	4.966	6.166
Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	4.966	6.166	-	-
Outras receitas	-	90	-	-

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo antes dos impostos	(5.288)	(5.288)	(274.472)	(274.472)
Imposto de renda e contribuição social às alquotas vigentes	1.346	476	68.642	24.702
Resultado de participação em controladas/baixa de ágio	(2.176)	(784)	(77.423)	(27.872)
Diferenças permanentes	(15)	(5)	(126)	(45)
Incentivo fiscal	47	-	2	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(798)	(313)	(8.905)	(3.215)
Outros	-	-	(6)	-
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(798)	(313)	(8.911)	(3.215)
Alíquota efetiva (%)	-15%	-6%	-3%	-1%

b) Créditos tributários e previdenciários

Ativo	2018	Constituição	Reversão	2019
Tributos retidos na fonte	-	756	(756)	-
Tributos a compensar	2.403	-	-	2.403
Antecipação de imposto de renda/contribuição social	-	105	-	105
Total circulante	2.403	861	(756)	2.508

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à MAPFRE Participações S.A., o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, empresas do GRUPO MAPFRE, seus Administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Os dividendos a receber de suas controladas totalizam o montante de R\$ 20.010.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

É contabilizada na rubrica "Despesas administrativas" a remuneração paga aos administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Os proventos de curto prazo dos conselheiros foram R\$ 507 (R\$ 1.693 em 2018).

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) **Comitê de Auditoria** é instituído na empresa líder MAPFRE Participações S.A., nos termos da Resolução nº 321/2015, do Conselho Nacional de Seguros Privados, tendo alcance sobre todas as suas Investidas. b) **Eventos subsequentes - Efeito do COVID-19 nas demonstrações financeiras individuais** Na data da emissão destas demonstrações financeiras individuais, a Companhia não vislumbra riscos a continuidade de seus negócios tampouco às estimativas e julgamentos contábeis, principalmente, aqueles relacionados a nota explicativa nº 2d. Não é possível neste momento mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômico-financeiros futuros decorrentes da pandemia do COVID-19. A Companhia seguirá observando atentamente o desenvolvimento desta situação.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Conselheiros e Diretores da MAPFRE Participações S.A. São Paulo - SP	realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.	internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
Opinião Examinamos as demonstrações financeiras individuais da MAPFRE Participações S.A. ("Companhia", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho	Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles	Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de planejarmos nossa opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 27 de abril de 2020.
KPMG Auditores Independente CRC 25P014428/O-6	Fernando Antonio Rodrigues Alfredo Contador - CRC 15P2524	